



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14802 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE SURDO: IMPLICAÇÕES DA SUBJETIVIDADE SOCIAL DA SALA DE AULA

Daniel Mendes da Silva Filho - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Alexandra Ayach Anache - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE SURDO: IMPLICAÇÕES DA SUBJETIVIDADE SOCIAL DA SALA DE AULA

A história registra que a institucionalização da educação do estudante com surdez no Brasil tem suas origens no período imperial, principalmente, com as atividades desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com isso, já se percorreu mais de um século e meio de trabalho pedagógico realizado com essa população, porém, ainda há muitas barreiras que interferem na garantia do direito à aprendizagem da pessoa surda no cenário escolar nacional.

O direito à educação desses sujeitos, de forma geral, é reconhecido na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Carta Magna da Educação de 1996, e amplia sua expressividade, no século XXI, com a aprovação dos seguintes marcos político-legais: Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência (ONU, 2006), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), Lei 13.146 (Brasil, 2015). Nesse contexto, também foi aprovada a Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda.

Pietzak e Pires (2023) apontam que “a partir desta lei, os intérpretes de Libras e os professores bilíngues ganham espaço”, legitimando condições de acessibilidade à comunidade surda. Já a profissão de intérprete de Libras foi regulamentada em 2010, por meio da Lei nº 12.319, alterada em 2023 pela Lei nº 14.704, que abordou além do tradutor e intérprete de libras o guia-intérprete. Entre as atribuições do tradutor e intérprete de Libras, verifica-se a competência para interpretar as atividades pedagógicas e atuar no apoio à acessibilidade.

Neste estudo, defende-se o princípio da acessibilidade como condição indispensável à participação do estudante com deficiência na sala de aula. Contudo, é preciso reconhecer que a tomada de posição dos agentes educacionais na organização das vias alternativas que oportunizam a aprendizagem e desenvolvimento do estudante é constituída subjetivamente.

Opções teórico-metodológicas

Este estudo fundamenta-se na Teoria da Subjetividade de González Rey (1989 - 2018). Para o autor a subjetividade faz parte de um processo histórico tecido nas relações sociais, e, ao defini-la, “[...] enfatiza a ideia de que as esferas individual e social podem ser integradas como ‘realidades’ que compartilham um caráter subjetivo, de forma contraditória, sem que uma seja reduzida à outra” (Magalhães Goulart, 2023, p. 20).

Santos e Martínez (2016, p. 256) informam que

[...] a subjetividade individual é uma produção gerada nas relações sociais estabelecidas nos espaços de ação dos sujeitos, na trama de uma determinada subjetividade social, bem como oriunda das marcas de outras experiências de vida, que são subjetivadas, de modo singular, na trajetória histórica de cada um deles. A subjetividade social, por sua vez, é a dimensão subjetiva que se produz na sociedade, vinculando, em cada contexto social, um conjunto de sentidos subjetivos de diferentes procedências que se integra na configuração diferenciada (GONZÁLEZ REY, 2003) de uma instituição, de um grupo, de uma comunidade.

Observa-se que esses dois níveis (individual e social) têm sua gênese na experiência coletiva, e se revelam na expressão da ação humana. Esta, por sua vez, pode emergir de processos que o sujeito vivenciou historicamente, mas também das relações estabelecidas no âmbito das instituições, órgãos, escolas. Este estudo tem como objetivo analisar as características da subjetividade social de uma sala de aula e suas implicações na inclusão escolar de um estudante surdo.

Construção da informação

Fundamentando-se na epistemologia qualitativa e no método construtivo-interpretativo, as atividades empíricas, registradas no caderno de campo, iniciaram em 2023, numa escola pública, localizada na fronteira oeste do estado de Mato Grosso do Sul, onde, uma vez por semana, foram realizadas observações na sala de aula e demais espaços ocupados por *Soluço*, uma criança surda matriculada nos anos iniciais do ensino fundamental. O nome

fictício *Solução* referencia o herói da animação “Como treinar o seu dragão”, cujos personagens foram (re)criados pelo participante da pesquisa numa atividade escolar.

Observa-se que *Solução* não apresenta distorção idade-ano, mas também ainda não foi alfabetizado. Ele se esforça para transcrever para o caderno as informações dispostas no quadro pelo professor mesmo que não façam integralmente sentido para ele. Assim, as análises das observações realizadas neste estudo têm como referência dois momentos da pesquisa: Dia da Leitura e Dia Mundial do Livro.

Dia da Leitura: foi nessa atividade de leitura, realizada à sombra de uma árvore, que ocorreu o primeiro contato com *Solução* (setembro de 2023) e seus colegas de classe. Durante a aula, alguns estudantes foram acompanhados individualmente pela professora, enquanto *solução* e os demais se divertiam livremente pelo pátio. Todavia, num determinado momento, *Solução* se aproximou da docente e começou a brincar de escrever no chão, na tentativa de expressar a sua presença, curiosidade e interesse. E mesmo assim não fora notado naquele momento.

Percebe-se que *Solução* tentou, com os próprios recursos, estabelecer um diálogo, mas o centro da atenção voltava-se ao aprimoramento da fluência dos colegas que manuseavam os livros. Destaca-se que, em 2023, a Rede Municipal de Ensino estava se preparando para avaliações externas de língua portuguesa, matemática e fluência. Para Santos e Martínez (2016), contraditoriamente, esse processo pode “[...] ameaçar a construção de uma escola inclusiva, visto que a centralidade dada às práticas de avaliação externa na escola tem, de certo modo, secundarizado as ações avaliativas desenvolvidas no cotidiano do trabalho didático do professor” (Santos e Martínez, 2016, p. 258).

Assim, *Solução* não teve nesse dia a oportunidade de ampliar suas experiências como leitor e se expressar com os recursos subjetivos que dispunha sobre a literatura infantil apresentada aos outros colegas à sombra de uma árvore no pátio. Conforme González Rey (2017) denomina-se o estudante com deficiência como sujeito de direitos, mas um tanto artificial, pois a emergência do sujeito deve ser acompanhada de deveres, o que exigirá o reconhecimento da singularidade na ação educativa.

Dia Mundial do Livro: em abril 2024, a turma de *Solução* foi conduzida pela professora de arte ao *hall* de entrada da escola, onde estava montado um cantinho da leitura com diversos títulos. A atividade era coletiva e *Solução* se sentiu à vontade, folheando vários livros e interagindo com os objetos e colegas. Diferentemente da atividade anterior, o cantinho da leitura possibilitou a participação de todos, sem que o foco voltasse apenas ao desenvolvimento de uma dimensão, por exemplo, melhorar a fluência ou interpretar um texto lido.

Nesse dia, houve a participação de *Solução* que expressava interesse e engajamento com os colegas, oportunizando assim a emergência da aprendizagem. Segundo Anache (2011, p. 109) a aprendizagem é compreendida como um processo interativo em que

convergem, em toda sua riqueza, as diferentes formas de subjetividade social”.

O clima gerado nesse dia, possibilitou constatar o fascínio de *Solução* pelos livros, sua inclusão na atividade e a expressão da sua singularidade. Entre os títulos disponíveis aos estudantes, *Solução* escolheu explorar um livro cujo enredo era permeado por dragões, criaturas mitológicas, que, rotineiramente, constituem a maior parte da sua expressão criativa na escola, porém, reprimida no contexto familiar, conforme constatado nas conversas informais com o intérprete de Libras.

Conclusões

Constata-se que a subjetividade social da sala de aula de *Solução* tem normalizado a sua presença, mas precisa avançar na garantia de condições efetivas para que ele se expresse como sujeito da aprendizagem e, com isso, dinamize o seu desenvolvimento cultural. No Dia da Leitura, primeiro contato com a turma, ficou explícito que *Solução* procurou se envolver na aula. Isso fica manifesto quando ele brinca de escrever próximo aos colegas, que eram assistidos durante a leitura dos livros. Todavia, sua presença não fora notada naquele momento, sendo dispensada uma excelente oportunidade para provocar a sua curiosidade e interesse na literatura trabalhada com os colegas.

Há a necessidade de aprimoramento nos mecanismos dialógicos e de interação entre os professores e *Solução*, pois, muitas vezes, ele tem ficado à margem dos conhecimentos trabalhados na sala e das explicações emitidas à turma, atribuindo como causa principal do não aprendizado a falta de domínio da Libras. Todavia a aprendizagem é processo interativo, construído na relação com o outro, em que são mobilizados recursos subjetivos que participam dessa ação. Logo, não seria suficiente dominar a Libras, mas a partir dela e de outras formas de comunicação alternativa organizar, na sala de aula, o clima favorável à aprendizagem, como o que aconteceu na atividade do Dia Mundial do Livro.

A destreza com o desenho observada precisa ser valorizada e, além disso, torna-se necessário construir formas de diálogo com a família, com vistas a mostrar a importância e o valor dessa expressão artística na configuração subjetiva de *Solução*. Ademais, verifica-se uma lacuna na articulação entre a classe comum e o atendimento educacional especializado, principalmente, na organização de condições de acessibilidade capazes de desconstruir as diversas barreiras que vêm impedindo a expressão de *Solução* como sujeito da aprendizagem.

Palavras-Chave: Subjetividade social. Inclusão escolar. Ensino fundamental. Surdez.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayache. Aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual. In: **Possibilidades de Aprendizagem: Ações Pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência.** MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmem Villela Rosa. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** In: Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023.** Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 17 de abr. de 2024.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Palestra: O ensino e a aprendizagem – produção de sentidos e subjetividade.** 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e21TiC85ls8>. Acesso em: 21 de mar. de 2024.

MAGALHÃES GOULART, Daniel ; REY, Fernando Luis González. **Subjetividade, sujeito e vida: diálogos com Fernando González Rey.** Campinas: Alínea, 2023.

PIETZAK, Julianne de Deus Corrêa; SOUSA PIRES, Rogério. Marcos legais e políticos da educação de surdos no Brasil. **Signo**, v. 48, n. 93, p. 50-63, 1 nov. 2023.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. In: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 2016.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva; MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. A subjetividade social da escola e os desafios da inclusão de alunos com desenvolvimento atípico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 253-268, 2016.